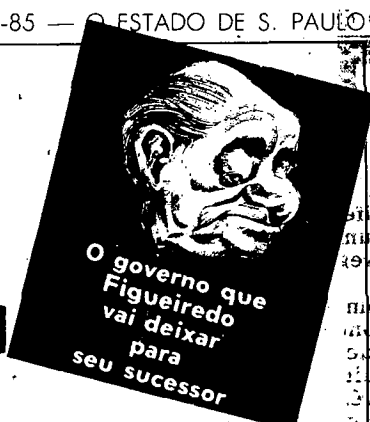


A PIOR HERANÇA



O Estado brasileiro não é um Estado qualquer. Em matéria de contas, por exemplo, a maior dificuldade está em conciliar o débito com o crédito. O Estado sempre viveu com gastos superiores às suas receitas. Mas o débito cresceu tanto desde a década passada que os credores externos se recusaram a continuar financiando uma parte da conta. E invocaram a ajuda do FMI, que chegou procurando obrigar o Estado a desnudar seus números, dizer a verdade para os credores e, por tabela, para a população.

O governo se queixa de que a política do Fundo é recessiva e os particulares fazem coro com o governo. Mas as contas estavam tão desequilibradas que o Brasil teve que ouvir o sinal de alerta. A situação chegou muito longe porque os governos, desde a era Vargas, mantêm o povo na ilusão de que são capazes de tudo fazer — ou seja, promover o desenvolvimento econômico, dar emprego, assegurar enfim a prosperidade.

A entrada em cena do FMI, em 1983, marcou o fim do sonho e trouxe de volta a realidade da qual tentamos fugir desde 1973. Agora já se sabe que o desequilíbrio em nossas contas foi promovido, principalmente, pelos governos, com ou sem a convivência de empresas e outros agentes econômicos.

Só a partir de 1983 as estatais começaram a sofrer uma pequena contenção, que aliás já era aplicada há muito tempo sobre o Estado tradicional — provedor de segurança, justiça, água, energia, assistência médica, previdência social, infra-estrutura urbana, educação. Uma pequena contenção sobre as estatais deve ser creditada, ao menos em parte, ao acordo com o FMI — ao qual o País foi sem desejar, mas do qual sabia não poder escapar com aquela política que praticava. Pelo menos, o Fundo ajudou a abrir os olhos da população para os desmandos fiscais praticados em seu nome.

Esta série de matérias vai mostrar como funciona um Estado, como se desequilibra um Estado, por que o Brasil foi ao Fundo Monetário Internacional, como é a vida difícil com o FMI. E, principalmente, quem tem pago a conta. Um segredo? Não exatamente. Ao receber o salário emagrecido pela lei salarial e pelo Imposto de Renda, ao cair no desemprego, ao pagar por serviços públicos preços que incluem o serviço da dívida dessas empresas (os juros e a correção monetária ou cambial dos empréstimos), ao suportar juros elevadíssimos, que cerceiam a produção, os cidadãos e as empresas, principalmente privadas, começam a saber quem paga as contas.

O grande problema é que déficit, inflação, subsídios, dívidas — elementos afins que se unem para explicar os problemas — são também instrumentos de poder para governos autoritários que — como o brasileiro — podiam agir sem prestar contas.

Muitos economistas que hoje estão fora do governo insistem em que o Estado brasileiro deve operar com grande déficit, que a inflação não é um mal, que o endividamento é normal. Mas se o País está mesmo se abrindo, politicamente, é preciso saber se as pessoas vão continuar autorizando o Executivo a decidir quanto quer gastar, tenha ou não recursos para isso.

Como funciona o governo. Ou como deveria funcionar.

A criação e a organização de um Estado — por exemplo o do Brasil, o dos Estados Unidos ou o de Uganda — têm como objetivo reunir, política, administrativa e culturalmente, comunidades de uma área geográfica limitada, unificando-a em torno de elemento comuns.

A unificação se consolida, na prática, com a criação de instituições e sistemas, dos poderes — Executivo, Legislativo, Judiciário. E, ainda, de entidades administrativas — serviços de segurança, saúde, justiça, energia, educação básica, saneamento. Para executar essas tarefas, um Estado precisa de instalações, de pessoal habilitado, de recursos enfim.

Os recursos saem do bolso dos cidadãos. Originam-se, portanto, das rendas dos cidadãos e das empresas, sendo uma parcela dessas rendas. A parcela entregue ao Estado é denominada imposto, cobrado pelo Estado conforme a capacidade contributiva dos cidadãos. Quanto maiores as rendas das pessoas físicas e jurídicas, maior sua capacidade contributiva, ou seja, sua capacidade de transferir recursos ao Estado para que ele possa executar serviços a que toda a sociedade terá acesso. Até porque o custo desses serviços, se feitos em escala, tende a ser menor.

Regimes

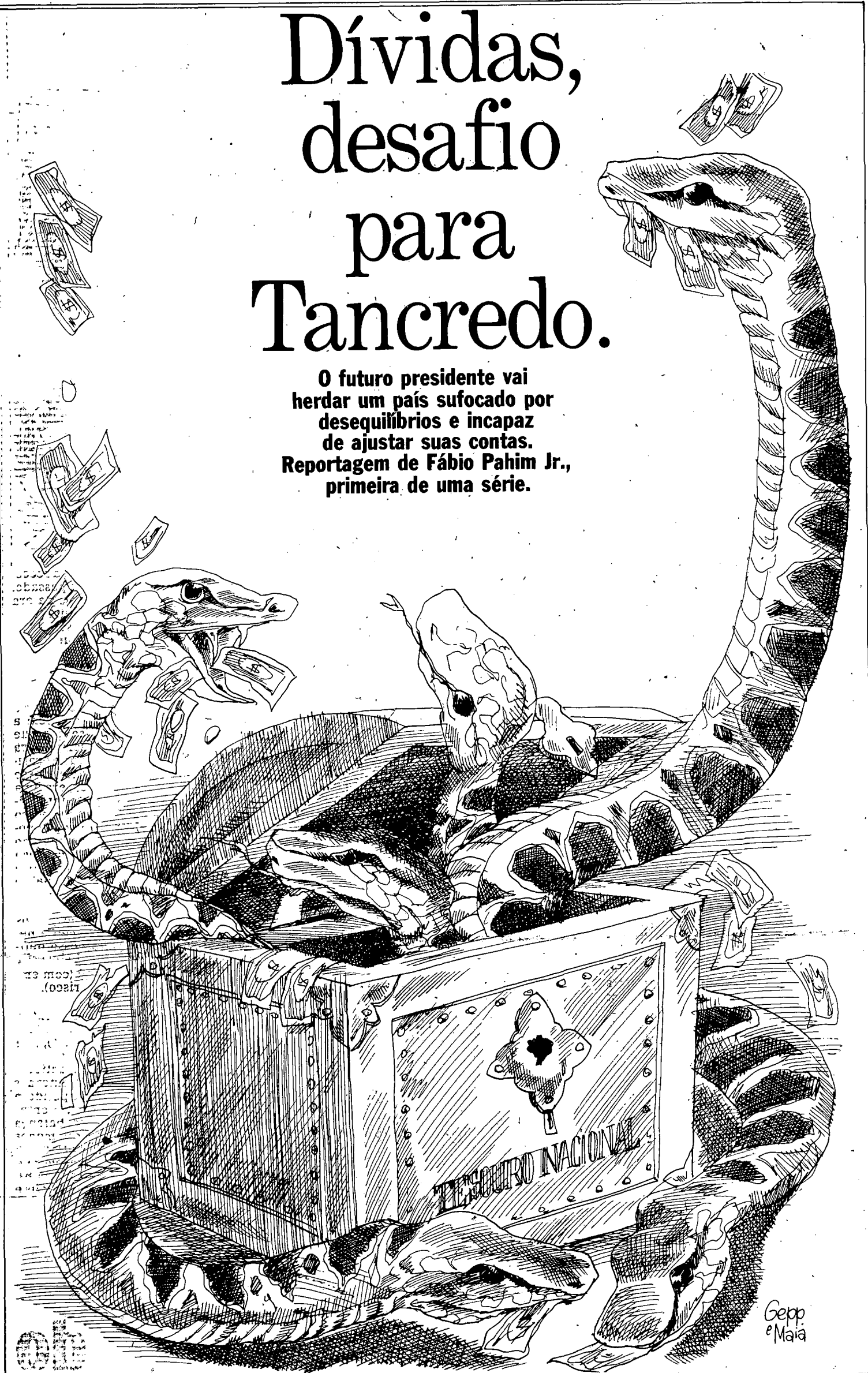
Numa economia socialista, o Estado cumpre as funções básicas e, além disso, assume a responsabilidade pela produção de todos os bens e serviços que circulam na economia. Vestuário, crédito, informática, pasta de dente, comércio, tudo enfim, teoricamente, é feito pelas empresas do Estado. E todos são empregados do Estado.

Numa economia de mercado — uma economia capitalista privada — o Estado só executa os serviços básicos e outros que os empresários privados não podem realizar sozinho, seja por falta de recursos, seja porque a atividade não oferece a perspectiva de lucro privado, existindo somente o lucro social, às vezes intangível.

De qualquer forma, as economias de mercado são próprias dos regimes políticos onde há rotatividade no poder, liberdade política enfim. E pressupõem que os recursos só sejam entregues pelos cidadãos e pelas empresas ao Estado a partir de regras aprovadas pelo Legislativo que, em última instância, representa os próprios cidadãos

Dívidas, desafio para Tancredo.

O futuro presidente vai herdar um país sufocado por desequilíbrios e incapaz de ajustar suas contas.
Reportagem de Fábio Pahim Jr., primeira de uma série.



que lhe entregarão esses recursos. Para cobrar impostos, dessa forma, o Estado precisa propor planos e projetos, e submeter esses planos aos cidadãos, que podem aprová-los ou não por intermédio de seus representantes nos Legislativos.

O Brasil é um país híbrido: oficialmente, não é socialista. Mas, sem dívida, também não é capitalista. Aqui existe o mercado, mas o governo tem uma tal influência sobre ele que a liberdade de atuação fica comprometida. E o Estado opera um número enorme de setores que nada têm a ver com suas funções básicas, como o comércio de alimentos, a exploração de hotéis, a informática, a correção de valores, entre outros. Em consequência, a economia brasileira é uma das mais estatizadas do mundo.)

Orçamentos

Um Estado tradicional só dispõe de tributos ou impostos que relaciona em orçamento — o Orçamento da União. Ou nos orçamentos estaduais e municipais. São orçamentos, como se viu, aprovados pelos Legislativos, e sua execução é sujeita à fiscalização dos tribunais de contas. São orçamentos, como qualquer orçamento, com duas colunas — uma das receitas e outra das despesas. E as duas colunas, somadas, devem ser iguais, pelo menos nas propostas orçamentárias. A execução do orçamento nem sempre revela essa mesma igualdade; em geral são necessários recursos adicionais para acertar diferenças.

Essas diferenças chegam a ser elevadas. Isto acontece em Estados com alta inflação ou outros desequilíbrios temporários — como guerras, catástrofes, agitação social. Mas as diferenças — ou déficits — situam-se dentro de limites.

Vamos imaginar uma receita da União, no Brasil, de Cr\$ 35 trilhões, em 1984. Essas receitas, que são a parte principal do Orçamento Federal, corresponderam a mais ou menos 9% do Produto Interno Bruto do País (ou seja, da soma total das mercadorias e serviços produzidos aqui durante um ano. Havendo um descompasso violento entre as receitas orçamentárias (imagina-se que haja um desequilíbrio de 30%, ou mais de Cr\$ 10 trilhões), esse valor não passaria dos 2,7% do

PIB, o que seria considerado um percentual razoável, semelhante aos 3,3% de déficit na França ou aos 3,1% de déficit na Inglaterra.

Nas sociedades modernas, porém, o Estado não consegue recursos somente por intermédio de impostos. Também emite títulos para vender ao público (como as Obrigações Reajustáveis e as Letras do Tesouro Nacional), toma dinheiro emprestado, dos bancos e outras instituições, no exterior ou no próprio país. Assim o Estado antecipa recursos para realizar investimentos que, se restringisse a usar só a receita de impostos, seriam possíveis somente no futuro. E para isso amplia o número dos seus credores — aqueles a quem o Estado deve.

Os investimentos feitos com dinheiro emprestado — e que portanto deve ser devolvido com juros — precisam ser feitos com cuidado e oferecerem retorno social. Sem energia, por exemplo, não é possível instalar indústrias. Sem estradas, não há escoamento da produção. Sem saúde, não há eficiência no trabalho.

Usando essa margem de manobra — comum a todos os Estados modernos — o Brasil endividou-se. Mas já que o Brasil, como vimos, não tem de prover apenas aquelas que chamamos de "funções básicas do Estado", mas também todo o dinheiro necessário para tocar suas empresas, inventou um artifício engenhoso: criou mais dois orçamentos. Um deles — o Orçamento Monetário — controla os números de uma conta, à parte, que se refere apenas ao andamento das dívidas interna e externa do Estado. O outro — o da Secretaria de Controle das Empresas Estatais — é o que contabiliza as (enormes) despesas e dívidas e as (não tão enormes) receitas de suas empresas de produção — as estatais — que concorrem com as demais no mercado.

Déficit

No Orçamento Monetário está uma fonte de enormes déficits, constituída pelo serviço dos títulos da dívida pública federal, quer dizer, pelos juros e a correção monetária ou cambial. Por que é déficit?

Porque esses títulos não são necessariamente lançados no mercado pelo governo para fazer investimentos. Podem ser lançados, por exemplo, só para financiar os gastos lançados na conta movimento do Banco do Brasil; só para o governo regular a quantidade de dinheiro que circula na economia; ou então, só para pagar juros ou correções dos títulos que venceram e não foram pagos, mas apenas rolados. (Rolagem, ou roll-over, é isso: emitir novos títulos para pagar os velhos mais os juros). Deixa de existir, portanto, uma relação entre a dívida e o patrimônio que garante o pagamento dessa dívida. (No setor privado, para honrar uma letra de câmbio que emitiu, a financeira espera receber as prestações do financiamento que contraiu para financiar um automóvel, por exemplo. Esse automóvel garante a dívida, assim como os imóveis devem garantir os depósitos de poupança feitos pelo público nas caixas econômicas e nos agentes privados.)

Muitos economistas não chamam o serviço da dívida de déficit público, consideram que há uma impropriedade nisto, mas na prática juros e correções são fatores de enorme desequilíbrio, de consequências em tudo semelhantes às de um déficit puro e simples. A dívida interna é muito elevada. Só o saldo da dívida em títulos é igual a aproximadamente duas vezes e meia o Orçamento da União. Com inflação de 200% ao ano (e portanto taxas de juros superiores a 200% ao ano, incluídas as correções), só a correção dos juros superam o valor total do Orçamento da União. E já se sabe que o governo não tem dinheiro para pagar a dívida, o que aliás não é feito em nenhuma economia moderna. Os próprios Estados Unidos endividam-se cada vez mais.

De qualquer forma, para rolar a dívida pública em títulos é preciso criar atrativos (leia-se juros altos) para os compradores desses títulos. Ou criar compradores compulsórios dos papéis. Assim o governo vem oferecendo esses juros altos, acima da inflação, o que também empurra para cima todos os juros do País. E assim será enquanto o governo honrar a dívida, porque em caso contrário...

Perto do poder

As estatais são um poderoso instrumento político nas mãos do governo. Entre as centenas de empresas que a Sest nem sempre consegue enfrentar estão executivos cujo poder supera o dos ministros de suas áreas (como é o caso da Petrobrás, cujo presidente é considerado politicamente mais forte do que o ministro de Minas e Energia), situação admitida pelos próprios quadros da burocracia de Brasília. A escolha para os cargos de direção dessas empresas de políticos intimamente ligados ao poder, em vez de empresários competentes, ajuda a explicar por que as estatais dão prejuízo, como ficou fartamente documentado na série de reportagens que o *Jornal da Tarde* publicou no ano passado, sobre a "República Socialista Soviética do Brasil" — uma história de nepotismo, desperdício e mordomias que afronta o cidadão comum.

O orçamento das estatais é deficitário porque grande parte dessas empresas não gera receitas, seja para suportar seus custos financeiros (elas são sempre devedoras, muitas vezes em dólares), seja para arcar com seus novos investimentos. O que gera um programa nuclear, uma Ferrovia do Aço? Nada, só despesa. Nenhum empreendedor privado entraria numa operação dessas, só se fosse com dinheiro subsidiado pelo Estado. E assim as estatais absorvem recursos do Orçamento da União, tomam mais empréstimos dos bancos privados (pagando juros de mercado) ou novos empréstimos externos, com o que persiste um endividamento em bola-de-neve, porque já se sabe que as receitas dessas empresas não suportarão as despesas assumidas.

Como artifício, os governos excluíram durante muitos anos os Orçamentos Monetários e das Estatais das vistas do público. Só depois da criação da Sest, o setor ficou mais ou menos conhecido, mas nem por isso policiado.

Algumas discussões teóricas começam aí. Há uma impropriedade técnica em chamar endividamento de déficit. Endividamento é dívida, expresso por saldos ou estoques (exemplo: o montante de títulos federais, a soma dos empréstimos bancários das estatais num momento exato). Déficit é fluxo, ou seja, a diferença entre entradas e saídas de recursos num certo período, por exemplo um ano. Mas chamar todo o endividamento do setor público de déficit público, uma decorrência dos acordos com o FMI, ajudou a expor o resultado nefasto da ação das estatais sobre o conjunto das contas públicas.

OPINIÃO

Três anos tentando enganar o FMI

Vamos entrando no terceiro ano deste processo de "ajuste" da nossa economia, e o que se constata é algo de inteiramente inédito na história financeira do Ocidente: apesar do que querem fazer crer certos economistas que pululam nas colunas dos jornais e nas telas da televisão, não foi o Brasil que se ajustou aos "rígidos" parâmetros do FMI, mas sim o FMI que acabou com o seu prestígio internacional seriamente abalado pelos "balles" que levou dessas inacreditáveis "autoridades econômicas" brasileiras.

Pensando que tratavam com "gente séria", já que, bem ou mal, eles representavam o governo de um país de 130 milhões de habitantes e a "oitava economia do mundo", aqueles senhores deixaram-se, com a maior boa-fé, mergulhar no labirinto de regras e normas, contraditórias e nessa parafernália de orçamentos e contas-fantasma com que os tecnocratas de Brasília tentam esconder o resultado dos crimes que praticaram contra a economia brasileira. Estão até hoje à procura da saída...

E, enquanto eles procuram, os senhores de Brasília vão-se utilizando das centenas de "saídas secretas" que abriram no labirinto nestes últimos 20 anos, para canalizar todo o peso do "ajuste" para o setor privado da economia — aí incluídos empresários e trabalhadores — e evitar que qualquer dos efeitos do processo os atinge diretamente em sua verdadeira fonte de poder: os gastos do Estado e seus agentes, as estatais.

Hoje, "archoado" até onde era possível arrochar o setor privado — e novamente incluído aí empresários e trabalhadores —, os resultados indicam que é preciso mesmo "ajustar" quem provocou o "desajuste", e não mais aqueles que, mesmo carregando o "desajustado" nas costas, têm de adaptar-se e evitar um naufrágio completo, conseguindo, até mesmo, o milagre de obter um pequeno crescimento, mesmo com o peso do monstro estatal empurrando-o para baixo.

Esta série de matérias que iniciamos hoje não poderá apresentar números preci-

sos, capazes de nos aterrorizar ainda mais do que os números que o governo concede em divulgar já aterrorizam. E isto não é vergonha nenhuma, já que nem o FMI foi capaz de obtê-los. Seu objetivo é tentar mostrar ao leitor leigo no assunto quais os mecanismos de que o governo se utiliza para esconder — e ao FMI — a verdade, e historiar como e, até onde for possível, a que profundidade ele nos enterrou no buraco. E também a nossa primeira contribuição ao governo de Tancredo Neves, que, se quiser realmente resolver o problema, terá de seguir nosso exemplo e informar o povo de qual, exatamente, é a situação em que nos pusemos, e esperar que o bom senso faça o resto, isto é, que ele transforme a indignação inicial que estas informações provocarão no apoio de que ele necessitará para acabar de uma vez com esta orgia que só interessa a uns poucos privilegiados que dela usufruem.

Fernão Lara Mesquita

Todos os governos, em todo o mundo, tendem a gastar mais do que arrecadam em impostos, taxas ou outras receitas. Mesmo a conservadora Alemanha Ocidental apresenta um déficit orçamentário que é, nada mais nada menos, do que essa diferença entre o que entrou e o que saiu num determinado período, em geral um ano gregoriano.

O fato de que os déficits públicos existam não quer porém dizer que todo mundo concorde com eles. O cidadão comum sabe que quando suas despesas superam as receitas, a diferença acaba vindo de um empréstimo pessoal, e que, é ele mesmo que pagará, trabalhando dobrado, sob pena de sofrer as consequências da lei.

Em teoria, não é essencialmente diferente o que acontece com os governos. O déficit origina-se do excesso de gastos correntes (para o consumo) ou de gastos de capital (para os investimentos). Um elemento fundamental nesse déficit passou a ser o serviço, ou o custo de manter a dívida, contraída para fazer o gasto original. Os serviços da dívida externa são os juros internacionais mais as amortizações do empréstimo (o principal). O serviço da dívida interna é a correção monetária mais os juros ou descontos (nome dado aos juros descontados antes) e o resgate do principal. Só que, quando não há o crivo do Legislativo, é o Executivo que faz a lei e, obviamente, ele não tende a punir a si próprio...

Projetos

Os grandes déficits no Brasil, no período recente, começaram com os projetos da era Médici, como a Transamazônica, e prosseguiram com Geisel. Mesmo depois que a crise do petróleo já se havia instalado, Geisel preferiu manter os projetos definidos no II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). O presidente já sabia que a economia iria operar com enormes déficits. Esses déficits vinham do desequilíbrio anterior mas principalmente do aumento do preço do petróleo. O Brasil, em 1974, importou US\$ 4,7 bilhões a mais do que exportou. Em 1973, não houve déficit na balança comercial, ou seja, no comércio de mercadorias com os outros países, mas já havia um déficit crescente nos serviços, de US\$ 1,7 bilhão, contra US\$ 250 milhões em 1972.

A questão é saber como financiar os déficits. Nos anos 70, havia dinheiro sobrando nos bancos internacionais, nos quais os árabes depositavam os dólares recolhidos com a venda do óleo. O Brasil endividou-se no Exterior, contando que a crise seria passageira. Mas como fez para endividar-se tanto?

Os bancos internacionais, e principalmente as agências multilaterais, como o Banco Mundial, não concordam em dar empréstimos para financiar déficits de balanço de pagamentos, caso do produzido pelo petróleo. Isto equivaleria, na prática, a financiar o consumo. Aí entraram as estatais. Apresentaram projetos, alguns do II PND — como a construção de fábricas —, para justificar pedidos de empréstimo no Exterior. Projetos aprovados, os dólares chegavam, entravam no Banco Central... mas eram usados para pagar o petróleo. E, internamente, eram convertidos em cruzeiros entregues às estatais para seus investimentos. E, de quebra, o Tesouro evitava assumir ele próprio o endividamento, criando outros compromissos mesmo com projetos discutíveis.

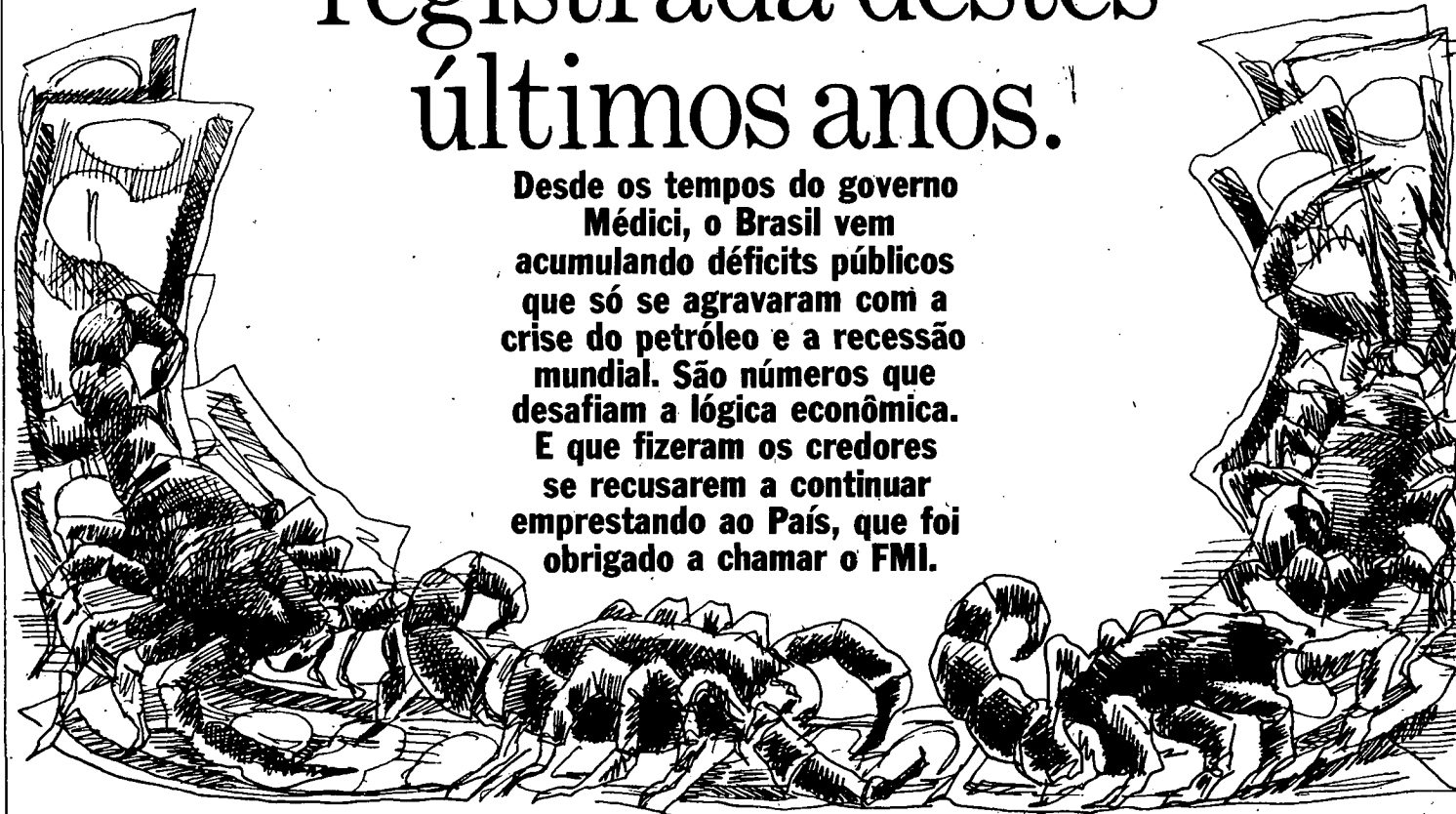
Assim originou-se o endividamento, em dólares, das estatais. E como muitos investimentos foram mal feitos, sem retorno previsível, ou então enterrados na areia da praia, como em Angra dos Reis, o resultado foi que começaram a faltar recursos, logo adiante, para pagar os compromissos assumidos no passado. E o que acontece ainda hoje. Só que, agora, a fatura está sendo paga. E isto se faz com um ajustamento, eufemismo com que os economistas designam uma dieta. E um ajustamento descontinuado, como se viu no último semestre. O excesso de gordura — ou de dívidas — deve ser eliminado mas, embora ele esteja nas estatais, como elas detêm o poder político, o bode expiatório acaba sendo o lado mais fraco.

O ajustamento da economia brasileira, assim, está sendo feito sobre o setor privado. Atinge não só as empresas mas também as famílias. Isto é evidente, já que até hoje, depois de todos os erros passados, praticamente só o Estado, ou as empresas por ele controladas continuam a investir em termos

A PIOR HERANÇA

Déficits, marca registrada destes últimos anos.

Desde os tempos do governo Médici, o Brasil vem acumulando déficits públicos que só se agravaram com a crise do petróleo e a recessão mundial. São números que desafiam a lógica econômica. E que fizeram os credores se recusarem a continuar emprestando ao País, que foi obrigado a chamar o FMI.



líquidos (em 84, elas investiram 3,68% do PIB, segundo fontes da Sest). E só os funcionários da área pública, até mesmo os empregados das estatais federais, preservaram suas atividades: não foram atingidos pelo desemprego que chegou a suprimir 450 mil cargos só na indústria de São Paulo, entre 1980 e 1983.

Na mais aguda recessão da história econômica brasileira, o PIB diminuiu 3,9% no triênio 81/83, enquanto a renda per capita diminuiu mais de 11,3%. Se convertidos em dólares, os números são ainda mais críticos: o PIB desceu de US\$ 250,2 bilhões em 80 para US\$ 209,7 bilhões em 83.

No mesmo período, contudo, o Estado brasileiro conseguiu elevar seus investimentos e seus gastos em geral, à custa de déficits públicos de magnitude chocante, além de crescentes, em bases nominais: 12,5% do PIB em 81, 15,8% em 82, 17,9% em 83, expectativa de 18% em 84.

Comparações

O déficit público, ou os recursos que o Estado consome ou investe além daqueles que arrecada, é tolerado desde a teoria keynesiana (década de 30), que justificou o aumento dos gastos do Estado para ativar a procura por bens e serviços, estimulando, assim, a produção e o emprego e buscando tirar um país da recessão. Os déficits brasileiros, porém, podem representar uma agressão a Keynes. Números keynesianos para o déficit situam-se entre 3 e 4% do PIB, ideal a que se referiu, há algumas semanas, o economista e presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore. O déficit público norte-americano estará na casa dos US\$ 210 bilhões neste ano fiscal, equivalendo a quase todo o PIB brasileiro. E foi de 5,8% do produto norte-americano em 1983, tendo sido estimado, para 84, em 4,8%, segundo relatórios do FMI. O déficit público brasileiro só tem comparação, entre os países industrializados, como o da Itália (16,5% do PIB em 83, previsão de 16,9% em 84).

Mas, já que os Estados costumam mes-

mo ter déficit, o problema maior é como financiá-lo. Quem pagará a conta? Para financiar seu déficit, os Estados Unidos vendem títulos públicos a aplicadores nos próprios Estados Unidos e no exterior, pagando juros altos pelo capital e oferecendo credibilidade, inspirada no dinamismo da economia e na preservação do valor do dólar — marca registrada do período Reagan.

O Brasil conseguiu um verdadeiro milagre na década 74/83: financiou boa parte do seu déficit interno com recursos externos, tomados por empréstimo. É conta fácil de fazer: o déficit do Brasil em conta corrente chegou, em valores absolutos, a US\$ 86,5 bilhões entre 74 e 83. Esse valor é superior ao total da dívida externa registrada em dezembro de 83, de US\$ 81,3 bilhões.

O déficit em contas correntes foi de 5% do PIB em 80, de 4% em 81, de 5,8% em 82 e de 3,3% em 83. Nos anos de 81 e 82, por exemplo, 32 e 37% do déficit total foram, respectivamente, financiados por crédito externo.

O déficit dos anos 80, porém, é antes de tudo de origem financeira, consequência do endividamento e agravado pelos juros. Já o déficit dos anos 70 teve como causa básica a manutenção do consumo de petróleo e outras importações. Nem racionamento, como propusera Simonsen, nem aumento de preço para desestimular o consumo — eis a herança do primeiro choque do petróleo, até 79. O governo Geisel tomou a decisão de endividar as estatais em dólares para financiar a compra de petróleo. A maior parte destes dólares, portanto, não chegaram ao Brasil para serem aplicados em projetos, em investimentos destinados a gerar novas riquezas capazes de ajudar a pagá-los de volta, mas principalmente para manter a economia movida a um petróleo que a Petrobrás não encontrara, porque seus recursos eram aplicados em suas subsidiárias, como as do setor de distribuição de derivados ou da petroquímica.

Isto explica, ao menos em parte, a recessão visível até o 1º semestre do ano passado. Ela foi adiada por sete anos, cinco da era Geisel mais dois do período Figueiredo. A conta foi sendo protelada até a insolvência brasileira, em setembro de 82, que entretanto só foi anunciada no final do ano e formalizada no início de 83, pelo primeiro acordo com o FMI.

A quebra do Brasil decorreu em parte do wishful thinking. Do que se trata? Essa expressão inglesa, que retrata tão bem a atitude dos brasileiros, aplica-se aos que têm certeza de que o sonho sempre "irá transformar-se em realidade". "Deus é brasileiro", afirmávamos para justificar nosso repúdio à lógica. O sonho, no caso, era uma reabertura do mercado de crédito internacional, no qual financiávamos, até 81, nosso desequilíbrio externo. O Brasil chegou porém a desdenhar desses empréstimos no começo de 82, pagando depois um preço caro. A guerra das Malvinas, no primeiro semestre de 82, e depois a insolvência do México, em agosto, foram dois fatos que assustaram duradouramente os credores. O início de 82 foi o último momento no qual os bancos ofereceram crédito livremente negociado ao Brasil, financiando nosso déficit. E isto equivalia à disposição de investir no País, ainda que indiretamente (com empréstimos e não com capital de risco).

O ano da crise

Essa ruptura dos financiamentos externos fez de 83 o pior ano da crise. Para o País como um todo (cujo PIB diminuiu 3,2%), mas especialmente para o setor privado e as pessoas que não têm emprego garantido.

Em 1983, esgotadas as fontes externas de financiamento, o País foi compelido a acelerar um ajuste. O déficit em contas correntes (que é o resultado da balança comercial e da balança de serviços menos as amortizações da dívida) caiu de US\$ 14,7 bilhões em 82 para US\$ 6,2 bilhões em 83 e fechou em menos de US\$ 1 bilhão em 84. Isto foi ótimo para a credibilidade do País e

das autoridades, até internamente. Só que o principal sacrifício foi imposto não sobre os menos eficientes para ganhar e os mais eficientes para gastar, ou seja, sobre a área estatal, mas sim sobre os setores de maior produtividade porém menor peso político, os que tinham menos defensores com força para mudar as decisões oficiais: as empresas privadas, os assalariados e profissionais liberais ou autônomos. Ou seja, aqueles que não estão incluídos seja nos dois milhões de empregados das estatais, que preservaram suas vantagens e salários, embora não todas as mordomias, até o Decreto-Lei nº 2.065; seja nos 3,8 milhões de funcionários das Administrações Diretas da União, Estados e Municípios. Estes funcionários das Administrações Diretas perderam fortemente sua renda em face dos reajustes de vencimentos abaixo da inflação, mas pelo menos asseguraram seu emprego, ao contrário do que ocorreu nas companhias privadas.

O FMI

O FMI chegou à economia brasileira depois que os credores externos deram um basta à forma pela qual a política econômica vinha sendo conduzida. Não foi uma decisão isolada. A política contracionista dos Estados Unidos, iniciada por Paul Volcker em 79, ainda na era Carter, obrigou o mundo a apertar-se, até porque a maioria dos países se desabituara de dar um grande valor à integridade de suas moedas nacionais, com exceções como a Suíça e a Alemanha. Reduziram-se, a partir de Volcker, presidente do FED, espécie de Banco Central norte-americano, os empréstimos fáceis do mundo industrializado para os não-desenvolvidos. Estes, aliás, não haviam ajustado suas economias às crises do petróleo, a partir de 74, como fizeram os países industrializados.

E os banqueiros internacionais, notadamente os norte-americanos, tinham dado créditos demais, acima da nossa capacidade de pagamento. Dinheiro em caixa retardou, para o Brasil, a urgência dos ajustes econômicos, que vieram mais fortes, depois.

A negociação com o FMI chegou portanto quando se somaram vários fatores: 1) o agudo desequilíbrio interno; 2) a inexistência de mercado para tomar novos créditos; 3) a perda de credibilidade que dificultou até a renovação de empréstimos em fase de vencimento.

O retrato da insolvência brasileira ficou estampado nas telas de vídeo das mesas das instituições financeiras que atuam no money market de Nova York: o Banco do Brasil ficou em vermelho, precisando socorro, no 2º semestre de 82. Naquele ano, as estatísticas do FMI ainda apontavam para posições positivas de reservas cambiais, enquanto alguns de nossos grandes credores indagavam de financistas brasileiros: mas onde estão as reservas? Afinal, elas rapidamente deixavam as contas bancárias, porque se esvaíam.

E o Brasil gastava:

1) o déficit em contas correntes, de US\$ 14,7 bilhões, foi o recorde histórico;

2) a inflação, crescente, ainda estava abaixo dos 100% ao ano, mas as autoridades já haviam abandonado a contenção monetária do segundo semestre de 1980 e primeiro semestre de 1981;

3) os bancos estaduais financiavam os gastos eleitorais, colocando CDB's (certificados de depósito bancário) a taxas de remuneração sem precedentes na história brasileira, chegando a 40% ao ano acima da correção monetária; enquanto isso, a dívida dos Tesouros estaduais e municipais em títulos crescia 12,5% acima da inflação de 1982;

4) essa espécie de orgia fiscal, acompanhada de maior oferta de moeda, permitiu um crescimento artificial de 0,9% no PIB, inferior ao crescimento de 2,5% na população mas ainda assim menos desconfortável do que a queda de 1,6% de 81;

5) decisões "simpáticas" ainda eram adotadas às custas de maior desequilíbrio, como a elevação, em abril, de US\$ 1.000 para US\$ 2.000 na cota que os viajantes podiam levar, ao câmbio oficial, para o Exterior, o que seria justo se o País não estivesse prestes a quebrar, tanto que a medida acabou revogada no final de julho;

6) o Brasil fechou o ano com US\$ 2,4 bilhões de atrasados com o Exterior, depois de empréstimos-ponte inclusive do Tesouro norte-americano.

Estavam preparadas, portanto, as condições para ir ao FMI.